

Sumiço do processo É Pra Morar

Corregedoria encerra sindicância sem apontar responsável

Aline Oliveira

A Corregedoria do Ministério Público estadual arquivou a sindicância para apurar o sumiço o do processo sobre as irregularidades do Programa É Pra Morar, da Prefeitura Municipal de João Pessoa (Gestão Cícero Lucena), aberto em 2000 pelo Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb). A sindicância foi arquivada sem apontar um responsável pelo fato e o relatório acusa o Fórum de "inércia" na ação. A assessoria jurídica do Ferurb encaminhou um ofício à corregedoria, anexando documentos que comprovam os esforços feitos na direção da resolução do caso.

Depois de encerrada a sindicância, o Ferurb buscou apoio do Ministério Público (MP) para garantir a continuidade da ação. No último dia 6 de julho, em audiência com Cagepa e Saelpa, foi marcada uma visita ao condomínio de Paratibe, no Valentina, para o dia 10 de agosto. A Prefeitura Municipal de João Pessoa já apresentou os contratos de construção dos condomínios, atendendo a exigência do curador do cidadão, Valberto Lira, que está analisando os documentos. Cagepa e Saelpa vão explicar a cobrança de tarifas diferenciadas entre os moradores .

Denúncia - O processo foi



Gustavo Castello Branco



Gustavo Castello Branco

VISITA - Prefeitura, Cagepa e Saelpa vão, junto com MP, conhecer a comunidade

iniciado em uma audiência pública promovida pelo Ferurb, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em março de 2000, onde se reuniram o Ministério Público, a Prefeitura, a sociedade civil e engenheiros. Na ocasião, foi apresentado um dossiê sobre os diversos problemas encontradas nos condomínios, inclusive falhas de engenharia. O objetivo do processo era apurar as denúncias e punir os responsáveis.

O Ferurb não recebia nenhuma informação sobre o processo pois o MP havia perdido o mesmo. Até que em 31 de março de 2003, uma integrante do Fórum passou um dia inteiro na Curadoria

do Cidadão procurando o processo sem encontrar e recebendo uma declaração de uma funcionária da Curadoria dando conta do sumiço. O processo só foi encontrado depois de iniciada a sindicância na Corregedoria, que foi uma sugestão do Relator da Nacional do Direito à Moradia Adequada, Nelson Saule, que veio a João Pessoa ano passado.

Em ofício encaminhado à Corregedoria, o advogado Gustavo Castello Branco, que ainda era parte da equipe da Fundação e assessor jurídico do Ferurb, lamentou o fato de o órgão não só não ter resolvido um problema que é de sua alçada, como por ter-se mostrado conivente com o responsável.

A Fundação fala

Editorial

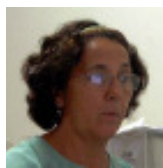
Por todo país se vê as articulações. Estudantes e trabalhadores estão indo para as ruas em defesa da governabilidade do presidente Lula, através de uma intensa campanha pela reforma política no país. Tudo isso em meio a mais uma fase de escândalos assolando as mais altas esferas do Poder Legislativo, a mensalões e CPIs que se multiplicam com a velocidade da luz.

Apesar de todos os pesares, uma camada pensante da sociedade ainda acredita que a esperança não morreu e que ainda há luz no fim do túnel. Mas essa luz só é possível com uma mudança profunda na estrutura política que aí está. Sem promover uma transformação nas regras que regem as relações, hoje tão promíscuas, entre os políticos e seus partidos, é impossível se pensar na estabilidade e eficiência de um governo realmente democrático.

A Fundação Margarida Maria Alves, junto com outras Organizações Não Governamentais, faz parte dessa camada da sociedade. Repudiamos toda a rede de corrupção que aí está e toda a estrutura que permitiu que tal situação se tornasse possível no país. Acreditamos que a reforma política é um dos caminhos possíveis para construir o Brasil que sonhamos, com justiça social e pouco ou nenhum espaço para a festa regada a pizza dos corruptos de toda espécie.

EXPEDIENTE

Falando D'Hireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. End. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Tele-fax: 3221 3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável: Aline Oliveira (1963/PB) Reportagem: Aline Oliveira e Érika Targino Diagramação: Érika Targino Tiragem: 500 exemplares. Apoio: Cafod, Cordaid e Misereor Impressão: Gráfica JB



Consciência Ecológica e Cidadania

Candida Magalhães,
Advogada da Fundação

A Constituição Brasileira, no seu artigo 225, garante: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nos incisos VI e VII respectivamente, afirma que cabe ao Estado promover a educação ambiental em todos os níveis e proteger a fauna e flora.

O Brasil é um País de uma legislação ecológica rica e moderna, porém convivemos diariamente com pequenas e grandes tragédias que agredem seriamente o meio ambiente das nossas cidades e da zona rural, que ameaçam a saúde da população. Por exemplo, o lixo mal acondicionado ou sem destinação correta, a ocupação do solo em beiras de rios e manguezais poluindo com esgotos as águas, o desmatamento, a erosão e a falta de consciência ecológica a ponto do próprio povo extrair pele de animal para vender, matar borboletas e outros animais que viram objetos de vitrines. Há pescadores que chegam a extremos de pescar e apostar quem mata mais peixes.

Pequenos atos cotidianos nos mostram como as pessoas tratam o meio ambiente de forma tão desrespeitosa. Os pescadores quando arastam suas redes de pesca até a areia da praia, retiram dela os grandes peixes que lhe servem e depois abandonam os peixes pequeninos sobre a areia sem ter consciência que esse ato contribui para a escassez do produto que um outro dia ele vai pescar. É ato de pura destruição e arrogância. Os seres humanos não são mais importantes que os peixes que

são abandonados à morte. Os pequenos peixes serão adultos amanhã.

Nos períodos de safra de cajá, pitomba e serigoela, as pessoas compram e comem enquanto fazem sua viagem de ônibus ou trem e dentro do próprio transporte público, jogam caroços e cascas sem terem consciência o quanto estão contribuindo para a sujeira e falta de higiene do seu próprio meio de locomoção.

Nos banheiros públicos, mesmo com cestos, as pessoas jogam no chão o papel que usam, isso quando não riscam as paredes escrevendo pornografias de extremo mau gosto. A lista de exemplos de falta de educação ambiental é interminável.

Cidades limpas, sem poluição, cheias de verde, com águas puras, ar sem poluição, ambiente sonoro sem ferir os ouvidos. Esse é o mundo que sonhamos para as presentes e futuras gerações! Tudo isso depende do tempo presente.

Aí é preciso pensar já. Quando os rios, manguezais e lagoas vão parar de feder? Quando vamos deixar de ver esgotos a céu aberto nas ruas, ou sendo despejados no mar, nos rios e nos mangues das nossas cidades como João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e tantas outras?

Ecologia, palavra grega que quer dizer **eco**, **oikos** igual a casa e **logos** a estudo. A casa pode ser o bairro, a cidade, o Estado, o País, o Continente, o Planeta.

A Carta da Terra, um dos principais documentos da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente na ECO/92, realizada no Rio de Janeiro e que afirma: “A escolha está diante de nós: cuidar da Terra ou participar de nossa autodestruição e da destruição da diversidade da vida”.

Casa Branca: 70% do esgoto vai para Rio Sanhauá

Érika Targino

A partir deste mês a Fundação Margarida Maria Alves vai acompanhar e assessorar a Associação de Moradores de Casa Branca, em Bayeux. O acompanhamento consiste na participação das reuniões do grupo da Associação, na orientação das dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho comunitário, na realização de oficinas com temáticas ligadas às necessidades apresentadas, além da assessoria no planejamento e avaliação das

ações da Associação. A entidade terá o acompanhamento das advogadas da Fundação Candida Magalhães e Izabella Chaves.

Casa Branca

A comunidade de Casa Branca tem aproximadamente 40 anos e sua população já chega a 1,5 mil habitantes distribuídos em 300 famílias. Pela grande proximidade com o Rio Sanhauá, a principal fonte de renda dos moradores ainda é a pesca, mas pelo alto índice de poluição das águas e devastação do ecossistema, muitos moradores hoje se dedicam ao comércio informal, à prestação de serviço em casas particulares e um pequeno número à mendicância.

Os problemas mais comuns enfrentados pelos moradores da comunidade são a falta de saneamento básico, 70% dos esgotos das casas é despejado diretamente no rio, o lixo acumulado às margens do Sanhauá e o aterramento do

Falta de planejamento

Pela falta de uma política habitacional adequada no município, a maioria das casas está situada em área de marinha, a menos de 300 metros do rio, considerada inabitável por oferecer grande perigo aos moradores e ao ecossistema.

No ano passado, trinta famílias perderam suas casas na enchente do rio. Provisoriamente, elas foram instaladas em casas alugadas pela Prefeitura de Bayeux, mas muitas famílias venderam as casas e



TRABALHO - Poluição das águas do rio pelo esgoto dificulta a pesca na região

mangue, que acarreta no período de chuva em enchentes que geralmente desabrigam os moradores ribeirinhos.

A área conta com uma Associação de Moradores desde 15 de março 1986, iniciando seu funcionamento efetivo somente 1997, contando hoje com 141 sócios. Apesar desse número, apenas trinta têm relação estreita com a Associação. “Nosso papel é de extrema importância para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da comunidade, já que desenvolvemos um trabalho voltado à educação ambiental dessas famílias, à luta pela moradia e à busca de direitos” explica o presidente da Associação de moradores, Roberto da Silva.

retornaram ao local. Diante da consciência do alto risco para essas famílias, a Associação está buscando parceria com a Prefeitura, Ibama e Marinha para a retirada das famílias e interdição da área.

Quarenta casas estão em construção através do Programa de Subsídio Habitacional do Governo Federal em parceria com a Prefeitura de Bayeux e moradores. A contrapartida dos moradores consiste no pagamento de uma taxa de R\$ 3 mil parcelados durante cinco anos. “Com a participação das famílias na construção das casas, elas enxergam essa ação como um investimento e não se desfaçam das moradias seguras e retornem para as margens do rio” aposta Roberto.

Érika Targino

Fundação muda de endereço e inicia Captação de Recursos

Érika Targino

Dois mil e cinco reservou muitas novidades à Fundação Margarida Maria Alves. Tanto na equipe, quanto no espaço e desafios, o próximo semestre promete ser muito dinâmico. Para começar, a organização está iniciando a implantação do plano de captação de recursos, através de um projeto aprovado pela Cordaid, agência de cooperação internacional holandesa. Com isso, a equipe teve que crescer e contratar a Mobilizadora de Recursos Jeane Araújo, que vai ajudar na execução do projeto. Ela vem se unir à equipe nesse desafio que é captar recursos em novas fontes, como empresas locais e fundos públicos.

O corpo técnico da Fundação também conta com uma nova advogada: Ana Izabella Chaves. Ela está substituindo Gustavo Castello Branco, que se afastou da entidade para fazer seu mestrado nos Estados Unidos. Izabella ficará responsável, entre outras coisas, pelo Curso de Formação de Juristas

Populares, pela assessoria jurídica do Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERURB) e pela representação da Fundação no Fórum Regional de Reforma Urbana.

Ainda no segundo semestre de 2005 a Fundação irá lançar a cartilha *Juristas Populares: Construtores da Cidadania*. A cartilha apresentará o histórico do Curso de Formação de Juristas Populares, das atividades já desenvolvidas pelos Juristas.

Além disso, a entidade está de casa nova, ainda se adaptando ao novo espaço no lindo sobrado da Rua Irineu Joffily, 185, no Centro, mas já aproveitando as vantagens do novo endereço. A mudança foi necessária porque a equipe e os desafios da Fundação já não cabiam mais na antiga casa da Rua 13 de Maio. E também foi reativado o endereço eletrônico da Fundação, www.fundacaomargaridaalves.org.br. Nele, é possível ficar por dentro das novidades da entidade e das notícias sobre direito urbano e assuntos correlatos.

Lei cria Sistema de Moradia

Depois de 14 anos tramitando, foi sancionado no último dia 16 de junho a lei que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que pretende reduzir o déficit habitacional existente no País, atualmente de 7,2 milhões de moradias. A lei é resultado do primeiro projeto de iniciativa popular depois da Constituição de 1988 e foi apresentado ao Congresso em novembro de 1991 durante uma manifestação com mais de 10 mil pessoas. Anexada à proposta, constava um abaixo assinado com mais de um milhão de assinaturas. A lei já havia sido aprovada desde maio e aguardava apenas a sanção do presidente.

O projeto de lei que cria o Fundo prevê a concentração e articulação de todos os recursos para as ações em habitação e direcionamento a projetos para famílias com renda de até cinco salários mínimos, onde se concentra mais de 90% do déficit habitacional. O sistema conta com um Fundo Nacional de Moradia Popular e um conselho gestor.

Os recursos desse Fundo poderão ser aplicados na compra ou reforma de habitações rurais e urbanas; aquisição de lotes urbanizados para moradia; urbanização; produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social; implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social; aquisição de materiais para construção e recuperação de imóveis em áreas de cortiços ou deterioradas.



Planos diretores**Em um ano, 22 cidades da PB vão ter que elaborar***Aline Oliveira*

Vinte e dois municípios paraibanos terão que elaborar seus Planos Diretores até outubro de 2006, sob a pena de não poderem continuar recebendo repasse de recursos federais. Pelos critérios do Ministério das Cidades, são 28 municípios no estado que, por terem mais de 20 mil habitantes, devem preparar o documento, mas Bayeux, Cabedelo, Sousa, Cajazeiras, Rio Tinto e Lagoa Seca já estão com os seus prontos. João Pessoa e Sapé já elaboraram os seus, mas ambos já têm mais de dez anos e, de acordo com as regras do Ministério, precisam ser revisados. Patos também já está em processo de elaboração.

O Plano Diretor é um documento elaborado pelo município que funciona como uma lei norteadora de ações, definindo prioridades na gestão da cidade. “O objetivo é construir uma cidade mais justa, para todos”, define a superintendente do Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal da Paraíba (Ideme), Martha Malheiros. O órgão que integra a coordenação do Núcleo Estadual da Campanha Nacional de Mobilização do Plano Diretor está credenciado junto ao Ministério das Cidades para assessorar os municípios na elaboração dos Planos Diretores. Segundo ela, o documento deve ser construído de forma participativa, envolvendo não apenas os técnicos, mas também a população.

Uma das dificuldades encontradas é que muitos municípios estão esbarrando na falta de recursos para a elaboração do documento. O custo de um Plano Diretor varia de acordo com o porte da cidade, mas o valor médio gira em torno de R\$ 50 mil. O Ministério tem recursos para serem liberados para apenas cem das

mais de mil cidades que precisam preparar o documento até o ano que vem em todo o país, sendo que na Paraíba, apenas Santa Rita e Campina Grande vão receber R\$ 180 mil e R\$ 170 mil respectivamente. Mas a Caixa Econômica Federal disponibilizou uma linha de crédito especial para financiar os planos.

Há cerca de 40 dias, o Núcleo Estadual de Mobilização para o Plano Diretor reuniu, no auditório do Sebrae, representantes de onze entidades, entre elas a Fundação Margarida Maria Alves, para uma videoconferência de lançamento da Campanha. A Campanha foi elaborada pelo Ministério das Cidades e está sendo desenvolvida por núcleos estaduais, que são

formados pela sociedade civil, envolvendo governos estaduais e municipais, poderes legislativos, entidades de classe e Ministério Público. A Fundação está compondo o núcleo paraibano e presta assessoria aos municípios.

Um dos objetivos da campanha é conscientizar as prefeituras sobre a importância e necessidade dos Planos Diretores para os municípios, mesmo aqueles que não estão sendo obrigados agora. A implementação do plano é parte importante do processo de planejamento para a gestão municipal. Entre as vantagens apontadas pela campanha, o plano pode ajudar a prefeitura a conduzir o desenvolvimento do município de maneira ordenada.

Conselho de DH fica sem sede e suspende reuniões*Aline Oliveira*

O Governo do Estado ainda não tomou providências sobre a falta de estrutura para o funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. O Ministério Público Federal havia dado um prazo até o dia 27 de maio para que a situação fosse resolvida, mas até agora nada foi feito.

Entre as justificativas para a determinação, o Procurador Regional dos Direitos Humanos, Duciran Van Marsen Farena considera que o Conselho não tem razão de ser se não tem condições de funcionamento. Para ele, a entidade está “servindo na prática como mera formalidade de legitimação

propagandística ou para efeito de celebração de convênios com o Governo Federal”.

O Conselho suspendeu suas atividades desde o dia 9 de maio, adiando também o Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos, que estava previsto para acontecer no dia 3 de junho.

O acervo do Conselho inclui documentos do Dops, muitos considerados secretos, e contam a história dos anos de ditadura militar, sob a ótica da Paraíba. Sem local adequado para serem guardados, a papelada corre o risco de sofrer danos irreparáveis. Desde agosto do ano passado, as reuniões mensais estavam acontecendo nas sedes das entidades.

Primeira ação por usucapião coletivo é aberta na PB

Aline Oliveira

A Associação de Moradores de Mussumagro entrou no último dia 5 de abril com a primeira ação de usucapião urbano coletivo da Paraíba, no Fórum de Mangabeira, na capital. São 41 famílias que moram em uma área de mais de 8,7 mil m² há quase vinte anos e estão pedindo à justiça a regularização de toda a área, baseada no que prevê o Estatuto da Cidade. Se favorável, a sentença do juiz já permite que os moradores retirem o título de propriedade nos cartórios. No momento, a ação está aguardando

o despacho do juiz, a quem os moradores estão programando uma visita.

O terreno em questão faz parte do Loteamento Quintas de Gramame e começou a se formar em 1986, depois que a Sociedade Evangélica Beneficente do estado recebeu a doação de um terreno para construção de sua sede, mas limpou a área errada. Esse terreno errado, que ficou limpo, passou a ser ocupado aos poucos por famílias que não tinham onde morar. Na época, a maioria vivia da agricultura de subsistência.

A posse pelo usucapião

urbano coletivo é garantida por lei e foi reafirmada pelo Estatuto da Cidade, que detalhou os pré-requisitos já previstos pela constituição de 1989.

A lei diz que os moradores de baixa renda que ocuparem um terreno de mais de 250 m² há pelo menos cinco anos para fins de moradia, não receberem nenhuma oposição à ocupação e não têm outro imóvel em seu nome podem pedir o reconhecimento da posse. A Associação de Moradores pode entrar com a ação de forma que, com um só julgamento, o direito se estenda a todo o grupo.

Estacionamentos que eram “da justiça” viram zona azul

Um projeto que prevê a organização do trânsito e das áreas de estacionamento nas ruas próximas à Praça João Pessoa começou a ser implantado no último dia 2 de julho pela Superintendência de Transportes e Trânsito de João Pessoa (STTrans). A medida foi tomada depois que o Fórum de Controle Externo do Judiciário (Focoj) enviou petição ao Ministério Público cobrando um posicionamento sobre o assunto, no final de abril, como foi noticiado na última edição do *Falando DHireito*.

Pelo projeto da STTrans, a rua em frente ao Tribunal de Justiça será liberada para estacionamento rotativo. As áreas da rua Rodrigues de Aquino e a Praça Venâncio Neiva, laterais do Palácio da Justiça, no entanto, continuam sob o controle pelo TJ, por questões de segurança. Já o espaço por trás do Fórum, que fica na Almeida Barreto, não será modificado.

O projeto também prevê que toda a área em frente ao Palácio da Redenção e da Faculdade de



ABUSO - Veículos dos funcionários ocupam vagas em áreas reservadas na rua

Direito fica livre de estacionamentos e o lado oposto da rua passa a ser usado pela Zona Azul. O espaço para ônibus de turismo também será disciplinado pela Guarda do Palácio da Redenção. A rua lateral ao Palácio continuará como estacionamento privativo para a segurança do governador e dos funcionários.

Érika Targino

Programação

Julho

- 14** - Palestra sobre Direitos Humanos na Calourada do Curso de Direito da UFPB.
- 15 e 16** - Encontro Nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana, em São Paulo.
- 23 e 24** - Conferência da Cidade de João Pessoa.
 - Módulo Organização do Judiciário.

Agosto

- 10** - Visita do Ferurb e MP ao Condomínio Amizade no Jardim Paratibe.
- 13 e 14** - Módulo de Direito Civil.
- 20** - Oficina de Direito do Consumidor para os cursistas.

Setembro

- 3 e 4** - Módulos de Direito Trabalhista e Previdenciário.
- 9 e 10** - Conferência Estadual das Cidades.